



Poder Judiciário

Tribunal Regional Federal 5ª Região

RELATÓRIO DE GESTÃO

2005

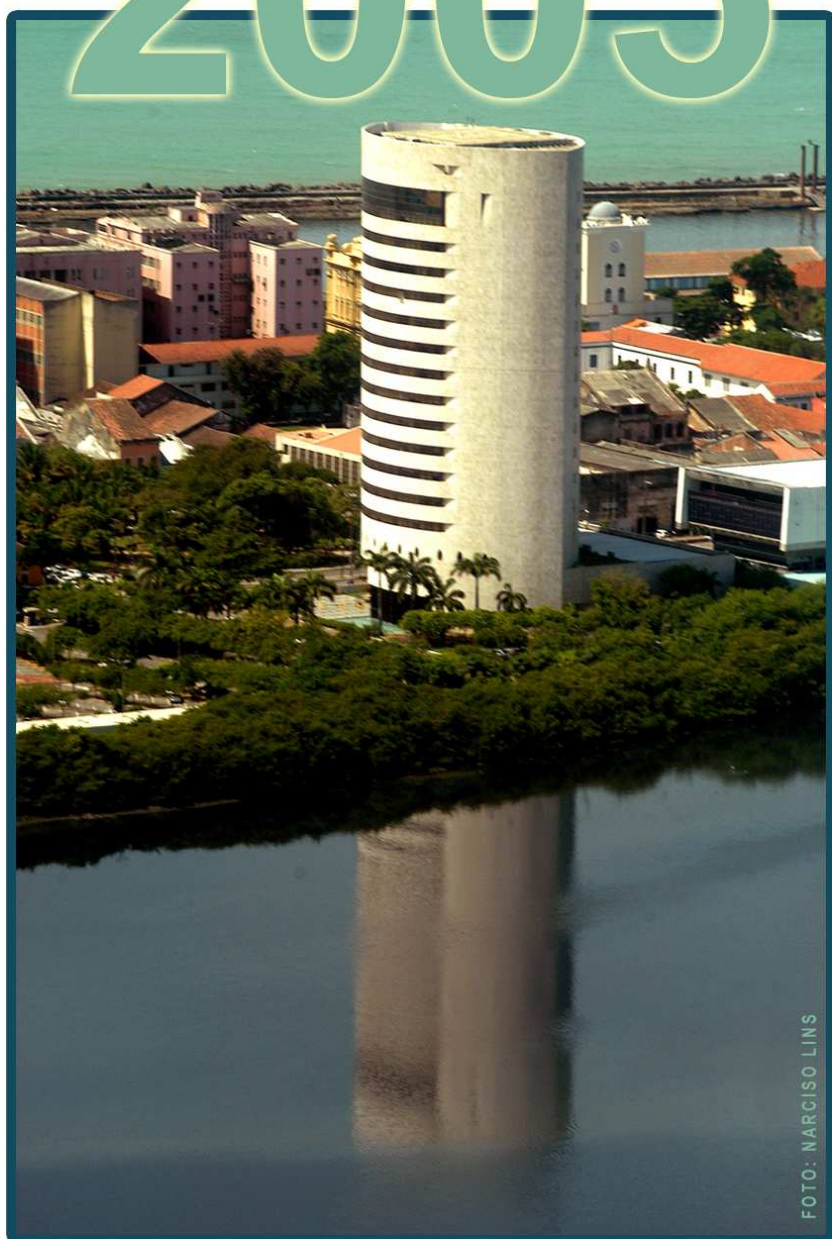


FOTO: NARCISO LINS



Poder Judiciário
Tribunal Regional Federal 5ª Região

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2005
- SUMÁRIO EXECUTIVO -

Recife
Maio de 2006

**ÍNDICE**

1. Apresentação	3
2. Realizações da Gestão 2005.....	6
3. Considerações Finais	17

O presente Relatório de Gestão retrata as atividades desenvolvidas no âmbito do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e suas respectivas Seções Judiciárias vinculadas, durante o exercício de 2005, destacando as relevantes ações desenvolvidas com o propósito de dar maior transparência aos atos e fatos praticados pela Administração Pública e oferecer aos jurisdicionados da 5ª Região uma justiça ágil e eficiente.



1. APRESENTAÇÃO

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim como os demais Tribunais Regionais Federais, foi criado pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 92 III, sendo sua composição e criação do quadro de pessoal regulamentada pela lei 7.727/89 e a sua definição territorial disciplinada pela Resolução 01/88 do então Tribunal Federal de Recursos. A sua competência encontra-se elencada no art. 108 da Carta Magna, abaixo transcrita:

“Art. 108. Compete aos Tribunais Regionais Federais:

I – processar e julgar, originariamente:

a) os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da região;

b) os mandados de segurança e os “habeas-data” contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal;

c) os “habeas-corporus”, quando a autoridade coatora for juiz federal;

d) os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal;

II – julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição”.

Além das competências citadas no referido artigo, o TRF 5ª Região se norteia pelo seu Regimento Interno e respectivas Emendas, publicados no Diário da Justiça da União e na página institucional na internet, cujo endereço é www.trf5.gov.br.

“Julgar as questões de interesse federal com eficiência, eficácia e rapidez, conduzindo à paz social no âmbito dos Estados da 5ª Região”

A missão desta Corte é julgar as questões de interesse federal com eficiência, eficácia e rapidez, conduzindo à paz social, no âmbito dos Estados sob sua jurisdição.

O TRF 5ª Região é composto, atualmente, por 15 desembargadores federais e 680 servidores e representa a Justiça Federal de Segundo Grau. Possui um Conselho de Administração, composto por oito membros, e subdivide-se em quatro Turmas de Julgamento, além do Pleno.

**COMPOSIÇÃO DO TRF 5ª REGIÃO****Desembargadores Federais**

Desembargador Federal **Ridalvo Costa**
Desembargador Federal **Petrucio Ferreira**
Desembargador Federal **Lázaro Guimarães**
Desembargador Federal **José Maria Lucena**
Desembargador Federal **Geraldo Apoliano**
Desembargador Federal **Ubaldo Ataíde Cavalcante**
Desembargador Federal **Margarida Cantarelli**
Desembargador Federal **Francisco Cavalcanti**
Desembargador Federal **José Baptista de Almeida Filho**
Desembargador Federal **Napoleão Nunes Maia Filho**
Desembargador Federal **Luiz Alberto Gurgel de Faria**
Desembargador Federal **Paulo Roberto de Oliveira Lima**
Desembargador Federal **Paulo de Tasso Benevides Gadelha**
Desembargador Federal **Francisco Wildo Lacerda Dantas**
Desembargador Federal **Marcelo Navarro Ribeiro Dantas**

Conselho de Administração

Presidente - Desembargador Federal **Francisco de Queiroz Cavalcanti**
Vice-Presidente - Desembargador Federal **Paulo Roberto de Oliveira Lima**
Corregedor - Desembargador Federal **Luiz Alberto Gurgel de Faria**
Desembargador Federal **Ridalvo Costa** (mais antigo)
Presidente da 1ª Turma - Desembargador Federal **Francisco Wildo Lacerda Dantas**
Presidente da 2ª Turma - Desembargador Federal **Napoleão Nunes Maia**
Presidente da 3ª Turma - Desembargador Federal **Geraldo Apoliano**
Presidente da 4ª Turma - Desembargador Federal **Marcelo Navarro Ribeiro Dantas**

1ª Turma

Desembargador Federal **Francisco Wildo Lacerda Dantas**
Desembargador Federal **Ubaldo Ataíde Cavalcante**
Desembargador Federal **José Maria Lucena**

2ª Turma

Desembargador Federal **Napoleão Nunes Maia**
Desembargador Federal **José Baptista de Almeida Filho**
Desembargador Federal **Petrucio Ferreira**

3ª Turma

Desembargador Federal **Geraldo Apoliano**
Desembargador Federal **Rivaldo Costa**
Desembargador Federal **Paulo Gadelha**

4ª Turma

Desembargador Federal **Marcelo Navarro Ribeiro Dantas**
Desembargador Federal **Lázaro Guimarães**
Desembargador Federal **Margarida Cantarelli**



A Justiça Federal de 1º Grau desta Região é composta por 06 Seções Judiciárias, que possuem ao todo 79 Varas Federais, assim distribuídas:

Tabela 1 – Seções Judiciárias da 5ª Região

Estado	Quantidade de Varas Federais
Ceará	21
Rio Grande do Norte	09
Paraíba	10
Pernambuco	24
Alagoas	08
Sergipe	07
Total	79

COMPOSIÇÃO DAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS**CEARÁ**

Diretor do Foro – Danilo Fontele
Vice Diretor do Foro – Alcides Saldanha

PERNAMBUCO

Diretor do Foro – Frederico José Pinto de Azevedo
Vice Diretor do Foro – Élio Wanderley de Siqueira Filho

RIO GRANDE DO NORTE

Diretor do Foro – Ivan Lira de Carvalho
Vice Diretor do Foro – Manoel Maia de Vasconcelos Neto

ALAGOAS

Diretor do Foro – Paulo Machado Cordeiro
Vice Diretor do Foro – Raimundo Alves de Campos Júnior

PARAÍBA

Diretor do Foro – Rogério de Meneses Fialho Moreira
Vice Diretor do Foro – Helena Delgado Ramos Fialho Moreira

SERGIPE

Diretor do Foro – Telma Maria Santos
Vice Diretor do Foro – Almiro José da Rocha Lemos



2. REALIZAÇÕES DA GESTÃO 2005

■ CELERIDADE NO JULGAMENTO DOS PROCESSOS

É imperioso comentar sobre os resultados apresentados pelas Seções Judiciárias da 5ª Região, com relação ao volume de processos julgados, que apresentou um incremento de 53% com relação ao ano de 2004. O exercício de 2004 foi fechado com 719.421 processos em tramitação e, em 2005, foram distribuídos mais 411.861 processos, o que resulta em um total de 1.131.282 processos, como se pode observar na tabela 2.

As Seções Judiciárias apresentaram um aumento de 53% no quantitativo de processos julgados

Pode-se afirmar que este fato é mérito de dois principais fatores: a

efetividade dos Juizados Especiais Federais (JEF's) e a instalação de 19 novas varas na 5ª Região, além da nomeação de 15 novos juízes substitutos.

Em um esforço conjunto do Tribunal e das Seções Judiciárias foram instaladas 19 novas Varas Federais na 5ª Região

Vale ressaltar que, em que pese o esforço para o aumento do número de processos julgados, nota-se que só foi possível julgar um quantitativo próximo de 60% dos processos recebidos (processos distribuídos), nos exercícios de 2004 e 2005, contribuindo, dessa forma, para crescer os processos em tramitação (remanescentes), demonstrando a necessidade do aumento do número de Varas na Região, conforme se depreende nos números apresentados na tabela 2.

Tabela 2 – Movimentação Processual das Seções Judiciárias da 5ª Região

Processo	2004	2005	Incremento	
			Quantitativo	%
Distribuídos	248.912	411.861	162.949	65
Julgados	151.094	231.739	80.645	53
Remanescentes	719.421	800.093	80.672	11

Fonte: Corregedoria do TRF da 5ª Região



A celeridade comprovada nos JEF's reconquistou a confiança da população, sobretudo os mais carentes, uma vez que o benefício tem valor limitado a 60 (sessenta) salários-mínimos. Isso favorece um número maior de pessoas pelos JEF's, resgatando, assim, uma parcela da sociedade que, até então, não recorria à Justiça Federal, seja por não acreditar em seus resultados ou por não dispor de recursos financeiros.

Juizado Especial Federal reconquistou a confiança da sociedade

Em 2005, os Requisitórios de Pequeno Valor (RPV's) tiveram um incremento em sua quantidade de 27% com relação ao ano anterior, ampliando o número de pessoas beneficiadas em 45% e atingindo um montante financeiro 39% maior. Tudo isso em reflexo ao aumento de 61% na quantidade de processos julgados nestes juizados, em relação ao exercício anterior, como se observa na tabela 3.

Instituição do pagamento descentralizado de RPV's para toda as Seções Judiciárias

O pagamento destes RPV's também ganhou maior celeridade, em decorrência de um acordo firmado com a Caixa Econômica Federal para promover o pagamento de forma descentralizada, em qualquer agência dos Estados contemplados na 5ª Região, a exemplo do que já vinha acontecendo em Pernambuco.

O Juizado Especial Federal repassou 360 milhões para 66.249 jurisdicionados.

Também para garantir a celeridade processual foram realizadas ações para modernização tecnológica, dentre estas a de maior destaque refere-se à implantação do Sistema CRETA – Juizado Digital nos JEF's.

Tabela 3 – Requisitórios de Pequeno Valor

RPV's	2004	2005	Incremento	
			Quantitativo	%
Quantidade	28.395	35.981	7.586	27
Beneficiários	45.696	66.249	20.553	45
Valor	258.739.162,62	360.056.879,52	101.317.716,90	39

Fonte: Secretaria Judiciária -TRF

O CRETA foi desenvolvido em tecnologia de software livre e visa tornar mais rápida a tramitação dos autos e facilitar o acesso das partes e advogados, pois possibilita a consulta, entrada de petições e movimentação processual pela Internet.

Este sistema viabilizou a criação dos Juizados Digitais, também chamados de “a Justiça sem papel”, sendo todas as informações e documentos processuais mantidos digitalmente.

Foram consolidados os Juizados Digitais, também chamados de “Justiça sem papel”

O sistema TEBAS (Sistema Único de Movimentação Processual das Seções

Judiciárias) também passou por melhorias, que fundamentalmente otimizaram os controles e reduziram os documentos físicos.

A emissão de certidão negativa agora pode ser realizada on line, através da Internet

Nas Seções Judiciárias tivemos, ainda, o desenvolvimento da emissão de Certidão Negativa *on line*, através da internet, o que tem se demonstrado eficiente e de custo zero para o cidadão, acompanhado da ampliação do horário de entrega de certidões e do recebimento de petições, que está funcionando diariamente das 8 h às 18 h.

Emissão de certidão negativa pela internet



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO

Seção Judiciária em Recife

TRF 5ª, JFAL, JFCE, JFPB, JFRN, JFSE

JFPE - CERTIDÃO ON-LINE

Emissão Certidão Negativa

Nome:

CPF/CNPJ:

Natureza: Todas

Emitir Limpar

Digite o nome e o C.G.C./C.P.F. do interessado em consultar a certidão.
Obs.: ao digitar o número do documento, despreze pontos e hífens.

Projeto gráfico:
Adrielly Pereira
Técnicos Judiciários

Av. Recife, 6250 - Jiquiá - Recife - PE, CEP 50781-000 - Tel: (81) 3229-6000 - CNPJ n.º 05.441.804/0001-40



No TRF da 5ª Região, também tivemos um aumento de 10% no quantitativo de processos julgados com relação ao ano anterior (tabela 4), crescimento mais discreto do que o apresentado pelas Seções Judiciárias. Ademais, houve um crescimento da demanda judicial não correspondente ao aumento na capacidade de julgamento, ou seja, na quantidade de desembargadores federais.

O TRF aumentou em 10% o número de julgados, mesmo sem ampliar a força de trabalho e suas despesas

Verificando estritamente os números do biênio 2004/2005, apresentados na Tabela 4, observamos que esta Corte consegue julgar uma quantidade superior aos processos distribuídos durante o exercício de 2004 e no ano subsequente 99,6% da sua distribuição. Entretanto, o quantitativo de processos em tramitação (remanescentes) continua a apresentar

valores expressivos em cada exercício e crescimento ao longo do período em comento, mesmo que de maneira acanhada.

Considerando estes dados e a média anual de julgamento, foi encaminhado ao Conselho Federal de Justiça um projeto de ampliação do número de cargos de Desembargadores Federais da 5ª Região para 43, a fim de dotar esta Corte de quantitativo de cargos necessários para otimizar e desenvolver uma justiça de resultados.

Com relação à modernização tecnológica judiciária do Tribunal, foi desenvolvido um sistema de atendimento ao público, utilizando software livre, facilitando o processo de identificação de advogados, visitantes e freqüentadores do Tribunal, com crachás específicos de cores distintas. O público usuário conta com terminais eletrônicos para consulta processual *on line* e a ajuda de um atendente especializado, a fim de facilitar o acesso à informação

Tabela 4 – Movimentação Processual do TRF da 5ª Região

Processo	2004	2005	Incremento	
			Quantitativo	%
Distribuídos	29.429	37.175	7.746	26
Julgados	33.548	37.038	3.490	10
Remanescentes	67.741	71.738	3.997	6

Fonte: Secretaria Judiciária do TRF da 5ª Região.



O usuário do TRF agora conta com a consulta processual on line, que foi reformulada com a sua participação

Com relação à modernização tecnológica judiciária do Tribunal, foi desenvolvido um sistema de atendimento ao público, utilizando software livre, facilitando o processo de identificação de advogados, visitantes e freqüentadores do Tribunal, com crachás específicos de cores distintas. O público usuário conta com terminais eletrônicos para consulta processual *on line* e a ajuda de um atendente especializado, a fim de facilitar o acesso à informação.

■ DEMOCRATIZAÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL

No exercício de 2005, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região buscou, em face do advento da Lei nº 10.772/2003, dar continuidade ao processo de popularização e democratização da Justiça Federal, instalando 19 (dezenove) Varas Federais, distribuídas como apresentado na tabela 5.

Destas novas Varas Federais instaladas, 12 foram nas cidades do

interior dos Estados que compõem a 5ª Região, o que demonstra disposição desta Corte em aproximar a Justiça Federal da população interiorana.

Tabela 5 - Novas Varas Federais

Seção Judiciária	Cidade	Varas Instaladas
Rio Grande do Norte	Caicó	01
Pernambuco	Petrolina	01
	Serra Talhada	01
	Caruaru	01
	Garanhuns	01
	Salgueiro	01
	Recife	03
Sergipe	Estância	01
Paraíba	Campina Grande	02
Alagoas	Arapiraca	01
Ceará	Sobral	02
	Juazeiro do Norte	02
	Fortaleza	02
Total		19

Para dar condições de operacionalizar os trabalhos da Justiça Federal com a criação destas Varas, o TRF da 5ª Região abriu concurso para Juiz Federal Substituto e empossou 15 juízes para atuarem junto à demanda e foram nomeados na 5ª Região 550 novos servidores para 452 provimentos originários

Varas Federais avançam para o interior dos Estados da 5ª Região



Posse dos novos juízes substitutos

Cabe informar que, nas estatísticas apresentadas pelo Conselho de Justiça Federal em 2005, a quantidade de Juízes do 1º grau por habitantes na 5ª região corresponde a 239.193, demonstrando a mais desfavorável média dentre as demais regiões da Justiça Federal, conforme demonstrado na tabela 6.

Tabela 6– Habitantes por Juiz Federal de 1º Grau

Região	Número de habitante por Juiz de 1º grau
TRF 1	234.462
TRF 2	92.317
TRF 3	187.750
TRF 4	91.531
TRF 5	239.193

Fonte: Conselho de Justiça Federal

Saliente-se, de logo, que já foram também implantados Juizados Especiais Federais (JEF's) autônomos ou adjuntos em todas as cidades acima nominadas. Dessa forma, além de ampliar o acesso à Justiça Federal, houve também uma

democratização da mesma, uma vez que a implantação de JEF representa acesso fácil e resultado rápido, pois o rito processual dos Juizados Federais Especiais é mais simples.

A 5ª Região ainda tem a menor média no ranking do número de juízes por habitantes

■ MANUTENÇÃO DO PATAMAR DE DESPESAS

Quanto à execução orçamentária do ano de 2005 do Tribunal da 5ª Região manteve-se no mesmo patamar dos dois anos anteriores (2003 e 2004).

Comparativamente com 2004, as despesas com pessoal e custeio mantiveram-se tecnicamente constantes, sendo que para este último é necessário considerar que para o exercício de 2005 incidiram reajustes em todos os contratos, além do aumento de tarifas de água, energia e telecomunicação. Teve-se também um acréscimo de 11% para os benefícios fornecidos; 30% de acréscimo na realização de investimentos, 51% de acréscimo nas despesas relacionadas a projetos de informática e uma redução de 36% no montante do dispêndio em obras e reformas de imóveis.



Torna-se imperioso destacar, também, que para um incremento de apenas 1% no total de despesas, comparando-se os exercícios de 2004 e 2005, teve-se, na referida Corte, um aumento de 10% no quantitativo de processos julgados, como demonstra a Tabela 4 – Movimentação Processual do REF da 5ª Região.

Quanto às Seções Judiciárias da 5ª Região, teve-se um aumento da execução orçamentária total em 17%, com relação ao ano anterior, reflexo principalmente das despesas em investimentos e projetos de informática realizados com a finalidade de ampliar e otimizar a prestação jurisdicional na Justiça Federal de 1º Grau, objetivo que vem sendo atingindo quando se observa o aumento de processos julgados pelas Seções Judiciárias, que com relação a 2004 teve o seu quantitativo aumentado em 53%, como demonstrado na apresentada anteriormente.

As Seções Judiciárias aumentaram a execução orçamentária em 17%, todavia elevaram em 53% o número de julgados

Merece destaque o incremento do uso do Pregão pelo Tribunal e Seções

Judiciárias da 5ª Região, das 355 licitações realizadas, 280 foram nesta modalidade, o que representa 68,5% do total. Tal procedimento resultou efetivamente em uma economia para o erário público da ordem de R\$ 2.120.450,15 só no TRF 5ª Região, decorrente da diferença entre o preço de mercado e o de efetiva aquisição.

Em 2005 foi priorizada a utilização da modalidade de compra pregão

Tabela 7- Pregão

Unidade	Quantitativo		% de Pregões sobre o total
	Licitações*	Pregão	
SJ CE	64	53	80,38%
SJ RN	50	44	58,54%
SJ PB	30	20	75,74%
SJ PE	77	54	58,07%
SJ AL	43	38	81,34%
SJ SE	20	6	41,51%
TRF	71	65	83,72%
Total	355	280	68,47%

Fonte: SIAFI, Seções Judiciárias e Secretaria Administrativa do TRF 5ª REGIÃO.

* Neste total estão consideradas as licitações realizadas nas modalidades: Convite, Tomada de Preço, Concorrência e Pregão.

Ainda em 2005, o Tribunal substituiu os celulares dos magistrados, diretores e supervisores, por aparelhos com tecnologia GSM, que garantem maior segurança com relação à possibilidade de clonagem e apresentam melhor qualidade no serviço de telefonia móvel. Os novos



equipamentos já chegaram com os números dos usuários na memória, facilitando o contato entre os desembargadores federais e profissionais desta Corte que utilizam o celular de serviço.

Destaca-se principalmente que tal medida propiciou, além da condição tecnológica mais favorável, melhores condições financeiras, uma vez que a operadora vencedora da licitação apresentou o menor preço nas tarifas.

Também foram adotadas também medidas para reduzir os custos mensais com o serviço de telefonia móvel, a exemplo da limitação no valor fixo, entre outras modificações contidas na Resolução nº 39 do Conselho de Administração desta Corte.

Reformulação de serviços e contratos mantém as despesas de custeio no mesmo patamar de 2004, mesmo absorvendo os reajustes

■ MELHORIAS ADMINISTRATIVAS

No Tribunal, foi realizada uma reestruturação da Administração a partir de um Mapeamento dos Processos, quando foram entrevistados 62

supervisores e verificou-se a urgência de mudanças na rotina de trabalho.

Com o objetivo de promover uma integração mais eficaz entre os setores do Tribunal, foi realizada uma reestruturação nas funções organizacionais, previstas no desenho do TRF, a fim de se manter uma lógica mínima necessária ao bom funcionamento da Instituição através de remanejamento e transformação de funções.

Reestruturação administrativa cria serviço de atendimento ao público, planejamento, contadoria e arquivo

Como resultado dessa reestruturação, ampliou-se o número de funções para atender aos serviços que não existiam anteriormente, nas áreas de: Arquivo, Contadoria, RPV, Atendimento, Planejamento, Controle Interno, Distribuição, Estatística e outros. Com isso, reduzem-se as diferenças existentes entre a área Administrativa e a Judiciária, refletindo de forma positiva na valorização do servidor. Tal medida também foi implementada nas Seccionais.

Destaca-se, ainda, a modernização do almoxarifado, iniciada com a contratação de uma consultoria externa,



que ministrou oficinas teóricas e práticas, envolvendo os setores afins, com o objetivo de elencar necessidades e estudar os fluxos. O trabalho contou com o apoio da Subsecretaria de Informática, que desenvolveu o Sistema Empório, para atender às demandas do setor e possibilitar que as requisições fossem atendidas de forma *on-line*. Também contou com a Diretoria Geral, através da CPM, que auxiliou no redesenho das rotinas de trabalho, suprimindo as deficiências de pessoal, mudança de *layout* e aquisição de equipamentos (galéias, reboque, prateleiras e outros).

Novo sistema oferece comparabilidade e controle de estoque, facilitando o planejamento das compras para TRF 5 e Seções Judiciárias

Esta modernização no almoxarifado proporcionou, também, eliminação de autos findos e diversos documentos do TRF e Seções Judiciárias, de acordo com o PCTT – Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade.

Também em 2005, foi realizada a substituição de cerca de 30% do parque tecnológico do Tribunal e Seções Judiciárias por máquinas mais modernas,

tais como: servidores, *notebooks* e equipamentos para o Pleno, além de equipamentos de rede e de *backup* corporativo de alta velocidade.

TRF5 e Seções Judiciárias renovam 30% do seu parque tecnológico, possibilitando melhor prestação dos serviços jurisdicionais

Foram concluídas as obras de construção das sedes próprias de Mossoró – RN; Sousa – PB e do Anexo II do Recife – PE e adquiridos 19 veículos para as Seções Judiciárias e o Tribunal.



Sede Justiça Federal de Sousa-PB

Ressalta-se que para o alcance de tais objetivos foi fundamental a concessão de crédito orçamentário suplementar obtido pelo TRF da 5ª Região junto ao Ministério do Planejamento, que significou um aporte de R\$ 10 milhões ao orçamento da Justiça Federal.

A fim de otimizar a prestação jurisdicional, o Tribunal, juntamente com as Seções Judiciárias, elaborou e aplicou uma pesquisa de satisfação ao cliente externo de forma regionalizada, sob a coordenação do Escritório da Qualidade, visando colher subsídios e conhecer melhor as urgências a serem sanadas.

Com a ajuda de estagiários de nível superior, foram aplicados 1.994 questionários aos usuários da Justiça Federal de 1º e 2º Graus (parte/advogados/procuradores e outros). Muitos critérios foram avaliados, dentre estes a qualidade do atendimento, a infraestrutura, a comunicação e o acompanhamento processual. A nota geral atribuída ao TRF da 5ª Região, pelos usuários externos mais representativos (advogados/partes) foi 8,84 e as Seções Judiciárias ficaram em média com 8,22

Na pesquisa de satisfação com usuário do TRF, o Tribunal obteve nota 8,84 e as Seções em média 8,22.

Os principais pontos de melhorias identificadas neste pesquisa de satisfação dos usuários, foram analisados e adotadas ações para implementar as melhores sugestões.

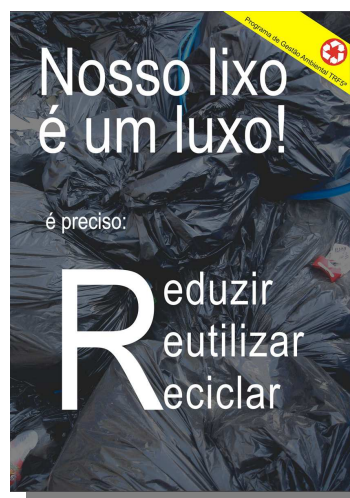
■ RESPONSABILIDADE SOCIAL

Estreitando os laços com a sociedade local, em 2005 o Tribunal Regional da 5ª Região adotou as seguintes medidas:

Em nome da cultura, criou e oficializou o Espaço Cultural, onde vários artistas locais dos mais diversos segmentos, incluindo até de renome internacional, como Romero Brito, expuseram os seus trabalhos.

Em nome da cultura, o TRF5 consolidou o “Espaço Cultural”

Preocupado com questões ambientais, deu os primeiros passos para o lançamento do projeto Gestão Ambiental, com exposição sobre o tema e lançamento da cartilha informativa a respeito dos benefícios que um programa de reciclagem pode trazer à Instituição e o meio ambiente.



Cartaz de divulgação do programa ambiental



Considerando as questões educacionais, o Tribunal tem recebido a visita de colégios e universidades, como parte de suas atividades curriculares.



Presidente do TRF recebe os alunos do Colégio da Polícia Militar do Recife do TRF

Ao final do ano de 2005, realizou o concurso de Monografias nas categorias externa e interna, sobre o servidor público. O tema da categoria interna foi *O Perfil do Servidor Público na Sociedade Moderna*, enquanto a categoria externa tratou sobre *O Servidor Público e a Probidade Administrativa*.

Em 2005 o TRF buscou a integração dos magistrados e servidores e desta Corte com a sociedade

Com o apoio do Tribunal, alguns servidores desenvolveram trabalhos sociais na carente comunidade do Pilar,

localizada nas imediações da sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, para comemoração do dia das crianças e celebração do Natal, bem como fornecimento de material escolar.



Trabalho voluntário realizado pelos servidores do Tribunal na comunidade do Pilar

Também foram realizados diversos eventos buscando promover a integração entre magistrados e servidores, tais como o festejo de momo, junino, dia do servidor público, confraternização natalina e comemoração dos aniversariantes do mês.



Confraternização Natalina



Nas Seções Judiciárias da 5ª Região foi criada a Quinta Jurídica, que corresponde a um evento mensal (aberto ao público), em que três palestrantes convidados discutem temas atuais do mundo jurídico e o Núcleo de Prática Jurídica nas universidades, aproximando os alunos da prática da advocacia e oferecendo mais opções à comunidade que procura a Justiça.

***Mensalmente, as Seções
Judiciárias passaram a
promover discussões com o
público sobre temas jurídicos
atuais***

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consciente da sua responsabilidade perante a comunidade em que está inserido, este Tribunal Regional Federal, juntamente com a Justiça Federal de Primeiro Grau da Quinta Região, além de fielmente cumprir sua missão institucional, também se empenhou em desenvolver diversas atividades de integração, visando aproximar cada vez mais a sociedade da Justiça Federal.

Analisando o desenvolvimento dos programas e ações prevista na Lei Orçamentária de 2005, concluímos que a Quinta Região utilizou com eficácia e eficiência a verba pública a ela destinada. E mais, o aprimoramento da qualidade como fruto da busca da excelência da

prestação jurisdicional à sociedade constitui-se em resultado do fomento ao aumento da qualidade de vida de magistrados e servidores, refletindo direta ou indiretamente em toda a sociedade.

Através de uma gestão participativa e transparente, o exercício de 2005 gerou ótimos frutos, nas áreas Judiciária e Administrativa. Principalmente na área judiciária, onde tivemos uma maior democratização e popularização da Justiça Federal, com a instalação de Novas Varas Federais e Juizados Especiais, mais próximos do cidadão comum, além da promoção de círculos de conciliação, trazendo impacto benéfico direto na sociedade, que passou a

acreditar um pouco mais numa prestação jurisdicional mais acessível, mais rápida e eficiente.

Temos confiança de que o Poder Judiciário, através da obtenção dos recursos orçamentários necessários, dará continuidade às ações em andamento, bem como àquelas planejadas para o exercício de 2006, de forma a manter a satisfação daqueles que procuram a Justiça Federal em busca de uma prestação jurisdicional eficiente e segura.

Os princípios constitucionais que conferem direção às ações de toda a Quinta Região se subsumem no princípio orientador do aprimoramento da prestação jurisdicional. Para tanto, no exercício de 2005, esse aprimoramento adveio das exigências da sociedade moderna, que impulsiona uma nova forma de pensar, de planejar e de agir.

Continua a premissa maior de aplicar Justiça, delineada pelo estímulo à celeridade e maior acessibilidade à população, principalmente a mais carente. Os frutos colhidos são, sem dúvida, resultado da firme parceria entre o Tribunal Regional Federal da Quinta Região e as Seções Judiciárias que a compõem, fortalecida pelo apoio do Conselho da Justiça Federal.

SORÁRIA RODRIGUES SOTERO CAIO
Diretora Geral TRF 5ª Região

FRANCISCO CAVALCANTI
Presidente do TRF 5ª REGIÃO



Elaboração

Julienne Tenório

Luiz Targino

Rosilene Diniz

Colaboradores

Seções Judiciárias da 5ª Região

Corregedoria

Diretoria Geral

Secretaria Judiciária

Secretaria Administrativa